



O ESPÍRITO DE COMBATE

Jeffrey W. Anderson

Transcrição de artigo publicado na Military Review (Edição Brasileira, Mar/Abr 88).

O artigo apresenta, como sinopse:

“Quase não se discute que, para serem bem-sucedidos na guerra, os chefes militares de todos os níveis e patentes devem possuir o que se pode chamar de espírito de combate. Identificar e cultivar esse espírito, porém, é o que se constitui, realmente, num desafio. Este artigo focaliza chefes das várias Armas do Exército dos Estados Unidos e faz algumas sugestões sobre como instilar a resistência mental exigida do comandante numa guerra.”

JURAMENTO DOS VOLUNTÁRIOS

Juro obedecer ao meu comandante e ao comandante supremo, o Kha-Khan.

Juro ser fiel aos meus camaradas, às ordens recebidas e aos meus comandantes.

Juro estar sempre pronto a sacrificar minha vida.

Juro consagrar-me a Deus e fazer o que ele considerar correto, sem ambições pessoais e sem considerar as conseqüências.

(Juramento feito pelos mangoday, guerreiros do exército de Gengis Khan.)

O combate, de um modo geral, implica em confusão, unidades misturadas, desorientação, ordens atrasadas, informações incorretas e todos os tipos de con-

tingências imprevistas, e para que se obtenha sucesso são necessárias tropas da mais alta qualidade, comandadas por chefes resolutos que atuem de acordo com um plano

bem concebido. A qualidade do desempenho em combate pode ser considerada como um *continuum* que varia do muito ruim, passando pelo médio, ao muito bom. Na faixa mais alta deste *continuum* situa-se o desempenho de um grupo voltado para o combate, composto de soldados que, efetivamente, podem ser chamados de combatentes, por possuírem o tão desejado espírito de combate.

A resistência mental representada pelo espírito de combate é um componente essencial na eficácia e aprestamento para o combate do Exército dos EUA. Conquanto este espírito seja necessário em todos os soldados, inúmeras análises psicológicas, sociológicas e históricas têm concluído que a *liderança* é o fator predominante na eficácia de uma unidade no combate. Sob condições de combate, o comandante desempenha um destacado papel ao estar preparado para agir decisiva e prontamente, apesar da insuficiência ou ausência total de informações confiáveis. O comandante é quem irá determinar o curso da batalha, porque, a não ser que o soldado seja motivado a combater, a derrota será inevitável. Da mesma maneira, uma ênfase no espírito de combate entre os comandantes do Exército resultará também numa maior ênfase neste espírito em todos os postos e graduações.

O espírito de combate abrange

todas as qualidades físicas, mentais e morais fundamentais a uma liderança bem-sucedida de soldados durante o combate e para que um comandante possa determinar a eficiência da unidade no combate. Estimativas feitas em 1958 pelo Gabinete de Pesquisa de Recursos Humanos (*HUMRRO*) indicam que de 15 a 20 por cento dos integrantes da população norte-americana se encontram na faixa mais alta de *continuum* do desempenho em combate e podem, verdadeiramente, ser chamados de combatentes.¹ Na medida em que os comandantes de unidades de combate puderem ser selecionados ou treinados dentro desse espírito de combate, melhorará a eficácia do Exército em combate. De fato, já foi demonstrado que a eficácia de qualquer grupo de trabalho depende, de modo crítico, do seu chefe.²

Uma análise histórica da liderança em combate indica que não houve sequer um caso em que uma unidade tivesse, durante o combate, superado as deficiências de seu comandante. Em quase todos os casos analisados, entretanto, o comandante superou deficiências alarmantes da unidade e problemas externos inacreditáveis, em geral através, unicamente, da sua própria força de vontade e de seu espírito de combate.³

Em termos de comportamento, o espírito de combate de um coman-

dante pode ser resumido como:

- Uma devoção desinteressada ao cumprimento de um dever ou ao atendimento de uma causa considerada nobre.

- O exercício da liderança através do exemplo pessoal — especialmente através da aplicação de padrões elevados, porém atingíveis, tanto para si próprio como para sua unidade.

- Uma aceitação de risco calculado (especialmente o risco de sua própria vida) — mantendo-se calmo, confiante e autocontrolado diante do perigo da morte.

- Determinação, a despeito da existência de informações não confiáveis, incompletas e frequentemente imprecisas (capacidade de separar o importante do trivial).

- Comunicação eficaz das instruções, de forma que todos os membros da unidade saibam e compreendam o que o comandante deseja.

- Criação de uma equipe ou unidade coesa, onde todos trabalhem em conjunto para que se atenda à causa nobre ou se alcance o objetivo, e *treinar* a unidade para o combate.

O espírito de combate parece ser uma combinação de características inatas e treinamento, e, dessa forma, para aumentar o número de comandantes dotados de espírito de

combate no Exército, a medida mais apropriada parece ser a combinação de ambos. Devemos selecionar aqueles comandantes que demonstrem maior probabilidade de sucesso em combate (ou menor probabilidade de fracasso) através da medida do grau de seu espírito de combate inato. Este selecionado grupo de comandantes combatentes em potencial deve, então, ser treinado e testado sob condições que se aproximem ao máximo do combate.

SELEÇÃO DOS CANDIDATOS A COMBATENTES

As tentativas anteriores de predizer comandantes de combate (dotados de espírito de combate) eficazes resultaram apenas em êxito parcial devido à definição imprecisa do relacionamento entre aqueles encarregados de fazer as previsões e os padrões de julgamento. Os estudos realizados pelo *HUMRRO* sobre combatentes examinaram a liderança de combate eficaz durante a Guerra da Coréia, concluindo que o combatente (com o espírito de combate) tendia a:

- Ser mais inteligente.
- Ser um empreendedor.
- Possuir maior estabilidade emocional.
- Ostentar melhores condições de saúde e vitalidade.

- Evidenciar um maior conhecimento militar.⁴

Estudos realizados em 1979 e 1980 mostraram que os comandantes combatentes bem-sucedidos eram mais inteligentes e orientados para a missão e evidenciavam um nível moral mais elevado e maior experiência profissional do que os seus pares não tão bem-sucedidos.⁵

A análise histórica da Academia Militar dos EUA constatou que havia cinco características individuais em cada caso estudado, cuja ausência resultou em desastre.

Eram elas:

- sentimento do terreno;
- tenacidade inabalável — coragem moral;
- extraordinária audácia — aceitação espontânea do risco calculado;
- confiança em suas condições físicas;
- julgamento realístico e calcado na prática — bom senso.⁶

Com fundamento nestes e em outros estudos, o combatente norte-americano deve ser selecionado em tempo de paz com base na sua inteligência, coragem moral, caráter, saúde mental e emocional, bem-estar físico (médico e atlético), capacidade de tomar decisões, bom senso e autoconfiança. Estas mesmas características descrevem tan-

to os *mangoday*, de Gengis Khan, como os *mangoday*, necessários ao Exército norte-americano da atualidade, e os oficiais dotados, em grau elevado, de cada um desses atributos estarão mais bem preparados para o futuro treinamento como combatentes. Essas características individuais — a combinação dos aspectos físico, mental e moral de uma pessoa — predis põem o comandante combatente a alcançar sucessos heróicos diante de circunstâncias apropriadas e parecem constituir o espírito de combate.

Com base nessa definição inicial de espírito de combate e suas características, podemos, também, estabelecer duas características do futuro campo de batalha:

- Considerando a doutrina de penetração em profundidade expressa pelos inimigos em potencial e a disponibilidade de meios para a condução de inserções aeromóveis, o futuro campo de batalha será destituído de LAADA, área da força de cobertura, área de defesa avançada, e assim por diante, da maneira como era anteriormente concebido. Ao invés disso, *todas* as áreas do campo de batalha estarão sujeitas a ataques, criando bolsões de combates entre pequenas unidades que, devido ao aumento da letalidade das armas, serão caracterizados por ações extremamente violentas e de curta duração, alta-

mente dependentes da competência, iniciativa e liderança dos soldados.

• Através da história, a vitória tem sido alcançada quebrando-se a vontade do inimigo de resistir e, igualmente, evitando-se que a vontade de lutar das forças amigas seja rompida. Por conseguinte, é essencial, para o sucesso do Exército, o fortalecimento da vontade e do espírito de luta de cada *soldado*, abrangendo o total aprestamento para o combate.

Se este cenário descreve acuradamente o futuro campo de batalha (e o Exército acredita que sim), então o sucesso do Exército dependerá, mais do que nunca, das ações resolutas de todos os soldados — tanto individualmente como em pequenas unidades. Esta vontade de combater e a competência exigida de cada soldado são parte do espírito de combate.

No Exército dos EUA, por conseguinte, o espírito de combate precisa ser o estado mental e de aprestamento que combine todas as qualidades físicas, mentais e morais essenciais para comandar e *apoiar*, com sucesso, o Exército na sua missão de proteger a Nação.

No futuro campo de batalha, entretanto, não será suficiente desenvolver esse espírito de combate apenas nas unidades de armas combatentes. Ao invés disso, cada oficial do Exército deve ter um compro-

misso pessoal com o desenvolvimento profissional e o aprimoramento no desempenho, particularmente quando este aprimoramento diz respeito ao combate. O Exército é uma equipe, e como tal deve combater. As diferenças entre os papéis desempenhados pelas unidades de armas combatentes, de apoio ao combate e de apoio administrativo tornar-se-ão indistintas, uma vez que cada e todo soldado terá uma maior probabilidade de estar *diretamente* envolvido no combate em qualquer local do teatro de operações.

Num relatório publicado em 1983, Brian M. Jenkins argumentou que o futuro conflito não-nuclear será tridimensional: guerra convencional, guerra de guerrilha e terrorismo internacional.⁷ No primeiro caso, nossos inimigos em potencial já preconizaram que porão em prática uma doutrina de ataque de interdição em profundidade às bases de apoio e suprimento. No segundo, nossa experiência anterior e a observação da situação mundial novamente destacam as operações de apoio ao combate e de apoio administrativo como um alvo vulnerável em potencial para os nossos inimigos. Por último, as atividades terroristas na Europa e no Oriente Médio demonstraram a vulnerabilidade das instalações de apoio ao combate e de apoio administrativo.

No futuro, é possível que este ti-

po de guerra não-nuclear seja menos destrutiva do que na primeira metade deste século, mas também será menos coerente.⁸ Não podemos mais considerar os trens de campanha como sendo uma área relativamente “segura”, mas, ao contrário, nossos elementos de apoio ao combate e de apoio administrativo poderão estar profundamente envolvidos no combate direto (defesa) simplesmente por uma questão de sobrevivência.

O espírito de combate é um fator essencial para a execução da própria missão de apoio ao combate e de apoio administrativo. No Líbano, as equipes psiquiátricas israelenses, desdobradas próximo à frente, analisaram seu próprio comportamento quando sob tensão. Envolvidas, na realidade, em operações de apoio ao combate, essas equipes foram, freqüentemente, alvo do fogo inimigo e de ações hostis. Os relatórios por elas preparados sobre os seus próprios níveis de temor durante essas ações mostram, claramente, a necessidade de um apoio administrativo eficiente e efetivo. Elas constataram que os seus níveis globais de medo diminuía quando havia consistência no apoio a eles proporcionado — como, por exemplo, de suprimentos Classes I e III — e que se sentiam menos isoladas quando recebiam um apoio de alta qualidade. À medida que o nível de temor decrescia, sua capaci-

dade de controlar as suas próprias reações ao medo e de se sobrepor aos seus efeitos debilitantes aumentava, tornando-as, portanto, mais eficazes no desempenho de suas funções.

As características do espírito de combate e do processo de seleção para a escolha de combatentes em potencial são as mesmas, tanto para os oficiais das armas combatentes como para os de apoio ao combate e de apoio administrativo. São elas:

- devoção desinteressada ao dever;
- liderança através do exemplo pessoal;
- aceitação racional do risco;
- determinação;
- comunicação eficaz;
- habilidade na formação de equipes.

Treinando o Combatente

O processo de seleção para o comandante combatente pode ser mais acuradamente descrito como um processo de exclusão ou eliminação. Os comandantes combatentes em potencial têm melhores possibilidades de ser bem-sucedidos como combatentes, porque os indivíduos mais propensos a fracassar já foram eliminados. O grupo selecionado, entretanto, precisa de um

maior desenvolvimento para que seus componentes se tornem verdadeiros combatentes.

Os estudos feitos sobre os combatentes salientam que o combatente com espírito de combate possui um maior cabedal de conhecimentos militares do que o não-combatente.⁹ Da mesma maneira, um estudo realizado em 1980 comparou um grande departamento de bombeiros urbano com o Exército dos EUA, no que tange a alguns aspectos do combate. Constatou-se que a experiência profissional era um dos melhores fatores de previsão, durante o tempo de paz, do desempenho eficaz em combate.¹⁰ Da mesma forma, o estudo feito pela Academia Militar dos EUA (USMA) indica que uma sólida instrução elementar sobre liderança, no início da carreira militar, a competência técnica e o serviço em unidades de tropa são fundamentais para o êxito como o comandante em combate. O fator de previsão mais evidente da bem-sucedida liderança em combate foi a liderança bem-sucedida em tempo de paz.¹¹ Em suma, a experiência profissional foi essencial ao êxito da liderança em combate.

Embora o comandante possa (e deva) ser selecionado para o treinamento como combatente baseado na sua experiência anterior de combate ou tática, o treinamento profissional pode ser utilizado como

substituto para os novos comandantes. Em pouco tempo, o treinamento bem conduzido preencherá a falta de experiência. Tal treinamento, no entanto, deverá assemelhar-se, tanto quanto possível, ao combate real.

O Exército dos EUA possui atualmente instalações adequadas para conduzir tais treinamentos e testes. A Escola de Rangers do Exército dos EUA, Forte Benning, Geórgia, destina-se a proporcionar aos comandantes, em caráter individual, uma combinação de treinamento militar e desenvolvimento de confiança. Já no nível unidade, este mesmo treinamento pode ser proporcionado no Centro Nacional de Treinamento (*NTC*), Forte Irwin, Califórnia. Lá, as unidades são colocadas num ambiente de combate, conduzem uma missão e assistem a uma crítica sobre a sua execução. Da mesma maneira os comandantes poderão ser avaliados, através de críticas relativas aos aspectos comportamentais do espírito de combate. Como todo treinamento conduzido no *NTC*, as condições de combate devem ser reproduzidas tanto quanto possível e a técnica do treinamento-avaliação-treinamento deve ser aplicada no treinamento do espírito de combate. O treinamento do combatente torna-se, então, uma parte integrante do treinamento tático da unidade para o combate.

É essencial reconhecer que, dada a complexidade do campo de batalha moderno, o espírito de combate é desejado tanto para as unidades como para cada um dos seus integrantes. Os estudos realizados em 1949 sobre os soldados norte-americanos,¹² bem como os outros aqui já citados, concordam em que as unidades mais eficazes em combate não só foram lideradas por excelentes comandantes como também treinaram juntas e desenvolveram um nível de coesão inexistente em unidades menos eficazes. Em muitas unidades essa coesão foi devida, diretamente, aos esforços dos seus comandantes.

Essa mesma coesão pode ser alicerçada ou aperfeiçoada nas unidades de hoje, proporcionando aos soldados uma experiência compartilhada — um combate vitorioso e sem derramamento de sangue, sob o comando de comandantes confiantes e dotados de espírito de combate no Centro Nacional de Treinamento ou em instalações equivalentes. Esse treinamento, dentro das restrições de tempo e recursos, pode também ser realizado posteriormente nas guarnições de origem. O segredo é praticar a liderança em combate em condições que mais se aproximem das situações em que ela será exigida — o combate.

Se bem que as características para a seleção de comandantes comba-

tentes de unidades de apoio ao combate ou de apoio administrativo e o objetivo fundamental do processo de treinamento — treinar no mesmo ambiente em que o comportamento deve ser adotado — continuem os mesmos, os meios de treinamento dos comandantes combatentes das unidades de apoio ao combate ou de apoio administrativo devem ser submetidos a uma pequena mudança. Devido à natureza mais técnica dos encargos de apoio ao combate e apoio administrativo, a ênfase no treinamento não pode ser restrita somente às ações de combate e táticas, apesar de elas, certamente, desempenharem um papel importante. A principal distinção entre o combatente de armas combatentes e o combatente de apoio ao combate ou apoio administrativo é a natureza do treinamento.

Uma forma de inculcar o espírito de combate de uma maneira uniforme, em todo o corpo de oficiais, é proporcionar um treinamento também uniforme, que poderia incluir a possibilidade de acesso a todo oficial que voluntariamente desejasse cursar as escolas de Rangers, aeroterrestres e de assalto aéreo. Além disso, entretanto, existe a necessidade de se estabelecer um currículo básico padrão que ofereça um mínimo de aptidões em combate necessárias à sobrevivência no campo de batalha. Esse currículo poderia

incluir, além de outros assuntos, treinamento e qualificação de tiro ao alvo com armas individuais, aprestamento físico, treinamento de defesa (individual e da unidade), emprego de armas, integração de fogos, comunicações e pedidos de fogo. Da mesma forma, é essencial um conhecimento básico de cada arma combatente, suas capacidades e missões no campo de batalha.

De igual modo, para proporcionar a qualidade de treinamento essencial no sistema de escolas do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA (*TRADOC*), é imperioso que seja superada a idéia corrente, entre o pessoal da ativa, de que a nomeação para qualquer escola do *TRADOC* não contribui para a ascensão na carreira. Atualmente, a maioria das Armas tenta alterar as designações dos seus oficiais obedecendo a um rodízio entre as suas áreas de especialização — como por exemplo, três anos numa unidade blindada, seguidos de três anos numa função de administração dos programas de pessoal. Talvez a alternância de designações entre as unidades do Comando das Forças do Exército dos EUA (*FORSCOM*) e do *TRADOC*, com ênfase nas escolas do *TRADOC*, deva ser considerada, pois, se utilizado, este sistema porá termo à visão depreciativa do *TRADOC*, uma vez que cada oficial passará a parte de sua carreira no *TRADOC* e o

rodízio *FORSCOM-TRADOC-FORSCOM* também poderá ajudar a padronizar a qualidade do corpo de oficiais.

No nível individual, o treinamento do espírito de combate é mais bem conduzido ao submeter o indivíduo a um ambiente de tensão, tal como o das escolas de Rangers, aeroterrestres ou de assalto aéreo. O condicionamento mental resultante desse treinamento prepara o comandante, como indivíduo, para os rigores de seu cargo no combate. No nível unidade de apoio ao combatente ou de apoio administrativo, uma deficiência crônica no processo de treinamento é a incapacidade de integrar, adequadamente, as armas de apoio aos problemas enfrentados no campo.

Conquanto a recomendação de treinar batalhões no Centro Nacional de Treinamento (*NTC*) seja válida para as armas combatentes, ela é inadequada para as unidades de apoio. O conceito de treinamento-avaliação-treinamento impõe a avaliação das unidades de apoio ao combate e de apoio administrativo no seu *papel de apoio* como parte de, no mínimo, uma fatia de brigada. Dessa forma, os elementos de apoio ao combate e de apoio administrativo de cada batalhão e brigada podem treinar com as unidades que eles irão apoiar e, conseqüentemente, ser avaliados em sua eficácia. Em muitos dos problemas en-

frentados no campo, tanto as unidades de apoio ao combate como as de apoio administrativo pouca ou nenhuma atenção receberam, muito menos uma avaliação.¹³

Além do Espírito de Combate

O efeito que uma ação violenta produz nas pessoas que a *observam* pode ser independente da magnitude dos danos físicos reais infligidos a uma força de combate,¹⁴ podendo, mesmo, igualá-la ou excedê-la em importância. O efeito desta ação nas forças amigas não deve quebrar o seu espírito de luta, pois, se isto acontecer, a derrota será inevitável. Sua vontade ou espírito de combate deve ser o meio pelo qual as unidades de apoio ao combate e de apoio administrativo resistem ao temor criado pelos relatórios das unidades em contato.

Mesmo que não estejam diretamente envolvidas numa ação defensiva, as unidades de apoio ao combate e de apoio administrativo devem continuar a cumprir cada aspecto de sua missão em combate para assegurar a eficácia da força como um todo. Os suprimentos e serviços essenciais destinados a manter a coerência das forças de apoio ao combate devem chegar até elas e isto requer uma tenacidade inabalável e, conseqüentemente, todos os demais aspectos do espírito

de combate. É este mesmo espírito que compele o oficial de apoio ao combate ou de apoio administrativo a cumprir sua missão, mesmo quando ele não vê o imediato impacto de seus esforços no curso da batalha e a despeito dos relatórios negativos recebidos das unidades em contato.

Pesquisas feitas até hoje sobre o espírito de combate indicam que os ideais de confiança, compromisso com o dever, franqueza e coragem preconizados no Manual de Campanha 100-1, O Exército, descrevem, de fato, o combatente dotado daquele espírito. O aumento do número de soldados, no Exército, que possuam esses ideais, aperfeiçoará o aprestamento total para o combate. A criação de um Exército de comandantes dotados de espírito de combate e da força resultante, constituída de soldados também possuidores desse espírito, exige uma combinação de procedimentos de seleção e treinamento para identificar aqueles que demonstrem maiores probabilidades de serem bem sucedidos como combatentes, e, posteriormente, treiná-los num ambiente de combate realístico e sem derramamento de sangue, que lhes proporcionará a experiência e as habilidades táticas essenciais para a eficiência no combate.

Uma das principais conclusões a ser extraída deste artigo é que o mesmo tipo e qualidade de treina-

mento deve ser proporcionado tanto aos comandantes das armas combatentes como aos das unidades de apoio ao combate e de apoio administrativo. Tal objetivo é alcançado mediante o desenvolvimento de um currículo básico de táticas, treinamento no emprego de armas e de aptidão física e da indicação de instrutores de alto gabarito para todas as Escolas do *TRADOC*, encorajando uma relação em que o instrutor, como mentor, fomente o espírito de combate no aluno.

Uma vez selecionados os combatentes em potencial mais bem qualificados, é imperioso que o sistema de escolas do *TRADOC* e os mentores transmitam os conhecimentos rudimentares para o desempenho e sobrevivência em combate. Finalmente, todas as unidades devem passar pelo processo de treinamento-avaliação-treinamento como parte de uma fatia de brigada, com as unidades de apoio ao combate e de apoio administrativo apoiando diretamente os mesmos soldados que talvez, um dia, eles venham a apoiar em combate. Por conseguinte, a vontade e o espírito de combate, além da habilitação tática e técnica, num ambiente de coesão, produzirão unidades altamente bem sucedidas de todos os tipos. Possuímos o elemento humano e os meios para melhorar nosso aprestamento para o combate, portanto, mãos à obra.

REFERÊNCIAS

1. Relatório Técnico nº 44, *Fighter I: An Analysis of Combat Fighters and NonFighters*, Instituto de Pesquisa e Recursos Humanos, Washington D.C., 1957.
2. J.E. Uhlener, *Management Leadership in System Measurement Beds*. Instituto de Pesquisa de Ciências Sociais e do Comportamento do Exército dos EUA, Arlington, Va. 1975.
3. *Leadership in Combat: An Historical Appraisal*, Manuscrito Inédito. Academia Militar dos EUA, West Point, N.Y., 1984.
4. Relatório Técnico Nº 44. *Fighter I: An Analysis of Combat Fighters and NonFighters*, *op. cit.*
5. J.W. Anderson, "The Prediction of Combat Effective Leadership", *Dissertation Abstracts International*, Volume 41, p. 1968b.
6. *Leadership in Combat: An Historical Appraisal*, *op. cit.*
7. B.M. Jenkis, *New Modes of Conflict*, Rand Corporation, Santa Monica, Calif, Relatório Nº R-3009-DNA, 1983.
8. *Ibid.* Esta declaração é baseada no argumento de Jenkins, que estabelece que as nações que possuem armas nucleares impõem-se voluntariamente limites, para evitar a destruição de uma guerra nuclear generalizada.
9. Relatório Técnico Nº 44, *Fighter I: An Analysis of Combat Fighters and NonFighters*, *op. cit.*
10. Anderson, *op. cit.*
11. *Leadership in Combat: An Historical Appraisal*, *op. cit.*
12. S.A. Stouffer, A.A. Lumsdaine, R.M. Williams Jr., M.B. Smith, I.L. Janis, S.A. Star and L.S. Cottrell Jr., *The American Soldier: Combat and its Aftermath*, Princeton University Press, Princeton, N.J., Volume II, 1949.
13. Para atingir a coesão essencial ao desenvolvimento deste espírito de combate, em todas as unidades, este entusiasmo e a devoção aos mais altos padrões no desempenho da missão, será necessário um certo grau de estabilidade pessoal. É impossível conduzir um treinamento em equipe para o combate se você, o comandante, não sabe quais são os membros da sua

equipe. A movimentação de pessoal deprecia, de maneira significativa, o aprestamento do pessoal e o desenvolvimento de um espírito de combate. As nossas po-

líticas de pessoal devem, *sempre*, contribuir para essa necessária estabilidade.

14. Jenkins, *op. cit.*

JEFFREY W. ANDERSON — *Serve atualmente, como Major, no 2º Regimento de Cavalaria Blindado, Nuremberg, Alemanha Ocidental. Possui os títulos de Bacharel, pela Academia Militar dos EUA, e de Mestre e Doutor pela Universidade de Washington, além de ter cursado a ECEME e a Escola de Altos Estudos Militares do Centro de Ensino de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. Serviu na Área de Liderança e Administração Técnica do Instituto de Pesquisas de Ciências Sociais e do Comportamento do Exército dos EUA, Alexandria, Virgínia, e na Seção de Estudos do Desenvolvimento Profissional dos Oficiais, Divisão de Implementação de Sistemas de Oficiais, Centro do Pessoal Militar do Exército dos EUA, Washington, D.C.*



EDITORAÇÃO DE TRABALHOS MONOGRÁFICOS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO SUPERIOR

Antonio Fernando Gomes da Costa

“Será útil a alguns, sem ser nocivo a ninguém.”

(Descartes)

O artigo aborda assunto de interesse dos que se dedicam à administração do ensino de nível superior.

Em razão das constantes transformações científico-tecnológicas, o ensino superior, tanto no Brasil como no mundo, vem procurando se ajustar a realidades cada vez mais diversificadas. Um dos pontos de apoio tem sido o trinômio: ensino-pesquisa-profissão.

Cabe à Universidade fundamental papel no organismo social, ao promover a formação teórica e garantir, ao profissional, a capacida-

de de análise e interpretação dos fenômenos específicos no seu campo de conhecimento. Há necessidade de que tais metas estejam alicerçadas na pesquisa, como um dos procedimentos de ensino. Indubitavelmente, nos cursos superiores, a pesquisa deve servir de fonte que alimenta o desenvolvimento científico, literário e artístico.

Na busca de uma sistematização didática, considera-se a pesquisa

tanto como uma forma de aprendizagem, como de produção cultural.

Nos cursos de graduação, tem-se a predominância da primeira forma de utilização da pesquisa, consubstanciado no chamado trabalho escolar, que nada mais é que um ensaio sobre um fenômeno ou livro ou, ainda, um tema. Os docentes esperam que a aprendizagem ocorra através de uma exposição bem desenvolvida, objetiva, discursiva e conclusente.

Nos trabalhos de pós-graduação, procura-se incentivar a produção da pesquisa científica propriamente dita.

É oportuno, para melhor elucidação do assunto, esclarecer-se sob os níveis dos cursos de pós-graduação. São dois esses níveis: *Lato sensu* e *Stricto sensu*.

O primeiro degrau da pós-graduação é o *lato sensu*, cuja finalidade é a especialização ou o aperfeiçoamento do educando. Nêle, o processo ensino-aprendizagem orienta-se para atingir objetivos técnico-profissionais específicos, de modo a não esgotar o campo do saber total inerente ao profissional especializado. Evidentemente, as exigências, quanto à utilização da metodologia e técnicas de pesquisa são maiores que os cursos de graduação e bem menores, em grau de profundidade e originalidade, que no nível *stricto sensu*.

Os cursos de pós-graduação nesse nível compreendem cursos de mestrado e doutorado.

Quer na graduação como na pós-graduação, é de bom alvitre que o resultado final da pesquisa (conjunto de atividades voltadas para a busca de determinado conhecimento ou solução de problema) se valha de uma metodologia que pode ser desencadeada em cinco etapas: Planejamento, Coleta de Dados, Análise, Elaboração Escrita Preliminar e Editoração.

O resultado final da pesquisa, ou seja, a conclusão dos resultados obtidos, é apresentado sob a forma de um relatório final de pesquisa, cuja forma de editoração é uma monografia. Portanto, a monografia é a forma como um trabalho científico se apresenta.

Segundo a American Library Association "monografia é um trabalho sistemático e completo sobre um assunto particular, usualmente pormenorizado no tratamento, mas não extenso no alcance".

A definição vem de encontro ao sentido etimológico do termo "monos" (um só) e "graphein" (escrever), aplicado ao estudo escrito de um único tema específico. Pode-se, entretanto, distinguir o uso acadêmico do termo e seu emprego científico.

A diferença em relação a outros trabalhos universitários vai resultar na qualidade da tarefa, isto é, no nível de pesquisa e na finalidade de sua elaboração. Assim, podem ser trabalhos de iniciação científica, na forma de um ensaio (nos cursos de graduação e pós-graduação a nível *lato sensu*), uma dissertação de

mestrado ou tese de doutorado.

Só para reforçar a idéia, atente-se que nem toda monografia é uma dissertação ou tese, mas toda dissertação ou tese é sempre uma monografia, uma vez que enfoca assuntos exclusivos.

A diferenciação de uma dissertação para uma tese não se constata somente no que se refere à profundidade em que a pesquisa foi desenhada. Na dissertação não se faz necessário um trabalho científico inédito; contudo, ela tem o compromisso com a apresentação de uma exposição minuciosa dos fatos relativos a um determinado fenômeno ou tema. Os fatos são discutidos, interpretados e analisados de forma reflexiva. O autor deve demonstrar domínio na abordagem do tema bem como capacidade de sistematização e recriação.

Por sua vez, na tese, espera-se originalidade e relevante contribuição para a ciência. Trata-se do relatório de pesquisa, exposto para controvérsias, resultante de uma investigação científica que contribui para ampliar sensivelmente o conhecimento ou compreensão de um problema.

Consideradas do ponto de vista do modo de execução, numa classificação abrangente, vê-se que tanto a iniciação científica, como a dissertação e a tese podem decorrer de uma pesquisa do tipo descritiva ou experimental. Será uma pesquisa descritiva quando o pesquisador está interessado em conhecer a realidade e interpretá-la sem interferên-

cias que possam modificá-la. Procura descobrir e observar para narrar o que acontece. Já na pesquisa experimental, o pesquisador manipula deliberadamente aspectos da realidade com o objetivo de observar efeitos conseqüentes. Conclui de que modo ou por que causas o fenômeno é produzido.

Por outro lado, quer se trate de uma pesquisa descritiva ou experimental, quanto ao processamento da coleta de dados, consideram-se as pesquisas como sendo: bibliográficas, de campo ou de laboratório.

Quando a busca de conhecimento para solução do problema proposto é realizada predominantemente em documentos escritos, estamos diante de uma pesquisa bibliográfica. Em contrapartida, quando a coleta e o registro dos dados necessários à solução do problema ocorrem diretamente em contato com o local do fenômeno em questão, tem-se uma pesquisa de campo. Já a pesquisa de laboratório requer a utilização de aparelhos e instrumentos de precisão adequados. Neste caso, diferentemente do anterior, o universo pesquisado é posto em situação provocada e artificial.

Os cursos superiores, entre outras funções, devem assumir de forma explícita a função de centro de cultura mediante a pesquisa. Na busca da consecução de tal objetivo o corpo docente universitário nos cursos de graduação procura associar a pesquisa a procedimentos de ensino e, nos cursos de pós-graduação,

à produção de novos conhecimentos e solução de problemas.

O instrumento utilizado para tal fim é a disciplina Metodologia da Pesquisa, a qual preconiza o que fazer, que caminhos percorrer para se chegar à última etapa envolvida numa pesquisa, qual seja: a editoração do relatório de pesquisa. Trata-se de um trabalho monográfico, podendo ser o resultado de uma pesquisa descritiva ou experimental bem como bibliográfica, de campo ou de laboratório. Seu nível de profundidade, originalidade e relevância para a ciência é que vai caracterizá-la como um trabalho escolar, uma dissertação ou uma tese.

BIBLIOGRAFIA

- 1) ASTI VERA, Armando. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre, Globo, 1974.
- 2) CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. 2.ª ed., São Paulo, MC Graw-Hill do Brasil, 1976.
- 3) DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1984.
- 4) DUSILEK, Darci. *A arte da investigação criadora*. Rio de Janeiro, Junta de Educação e Publicações Religiosas, 1980.
- 5) GIL, Antonio Carlos. *Projetos de Pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1987.
- 6) RUDIO, Frans Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- 7) SALVADOR, Angelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 9.ª ed. Porto Alegre, Sulina, 1981.
- 8) SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia, elementos de metodologia do trabalho científico*, 4.ª ed. Belo Horizonte, Intertlivros, 1974.



ANTONIO FERNANDO GOMES DA COSTA é Major do Exército, da Arma de Infantaria. Na área educacional especializou-se em *Psicotécnica Militar, Orientação Educacional e Elaboração e Revisão de Currículos em cursos ministrados pelo CEP*. É Mestre em *Estudos de Problemas Brasileiros* pela U.E.R.J.; licenciado em *Estudos Sociais* pela FIS/RJ, sendo reconhecido pelo Ministério da Educação para lecionar *OSPB, Educação Moral e Cívica e História do Brasil*. Foi durante três anos orientador psicopedagógico da AMAN, lecionou a disciplina *Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica* na AEDB/Resende — RJ e *Problemas Sociais, Econômicos e Contemporâneos* na SOBEU/Barra Mansa — RJ. Atualmente serve no CPOR/RJ e leciona a disciplina *Metodologia da Pesquisa em cursos de pós-graduação das Universidades Estácio de Sá e Gama Filho*.